



Processo nº 12448.724119/2013-24
Recurso Voluntário
Acórdão nº 2301-006.283 – 2^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 1^a Turma Ordinária
Sessão de 10 de julho de 2019
Recorrente EDINO JURADO DA SILVA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA FÍSICA (IRPF)

Exercício: 2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CONCOMITÂNCIA COM AÇÃO JUDICIAL.

Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial (Súmula CARF nº 1).

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, em NÃO CONHECER do recurso voluntário por concomitância (Súmula Carf nº 1).

(documento assinado digitalmente)

João Maurício Vital - Presidente

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Freitas de Souza Costa - Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Antônio Savio Nastureles, Wesley Rocha, Cleber Ferreira Nunes Leite, Marcelo Freitas de Souza Costa, Sheila Aires Cartaxo Gomes, Virgílio Cansino Gil (suplente convocado), Wilderson Botto (suplente convocado) e João Maurício Vital (Presidente). A Conselheira Juliana Marteli Fais Feriato, em razão da ausência, foi substituída pelo Conselheiro Virgílio Cansino Gil, suplente convocado.

Relatório

Trata-se de Auto de Infração lavrado contra o contribuinte acima identificado referente ao Imposto de Renda da Pessoa Física – IRPF exercício 2009, ano-calendário 2008, em virtude de dedução Indevida de Pensão Alimentícia Judicial.

De acordo com a autoridade fiscal ocorreu a glosa de dedução de pensão alimentícia judicial, pleiteada indevidamente pelo contribuinte na Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física por falta de comprovação do efetivo pagamento da pensão através de documentação hábil e idônea.

Após a impugnação a Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Brasília (DF) julgou procedente a autuação e o contribuinte apresentou recurso alegando em síntese:

Que demonstrou cabalmente através de farta documentação que, por determinação judicial, é obrigado a pagar pensão alimentícia a sua ex esposa e que por ser prestador de serviços e não empregado da Petrobrás, a empresa não efetua o desconto em folha e por isso, o recorrente realiza o pagamento da pensão manualmente.

Informa que propôs Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 2013.51.01.032619-8 (efls. 65/73) em curso perante a 17^a Vara Federal do Rio de Janeiro que engloba o presente processo administrativo, onde busca comprovar a lisura dos descontos das pensões em suas Declarações de Ajuste Anuais.

Requer a suspensão da tramitação do presente PAF ou que no mérito seja reconhecida a insubsistência e improcedência da ação fiscal cancelando-se o débito.

É o relatório

Voto

Conselheiro Marcelo Freitas de Souza Costa, Relator.

Conselheiro Marcelo Freitas de Souza Costa - Relator

Em que pese a tempestividade do recurso, no presente caso em concreto, resta comprovado pelos autos, pela coincidência de objeto, e por informação proveniente do próprio interessado, que o mesmo suscita valer o seu pretenso direito creditório em duas esferas de julgamento, tanto na esfera administrativa, através do processo em epígrafe, quanto através de ação na esfera judicial devendo ser aplicada a Súmula nº 01 do CARF abaixo transcrita:

Súmula CARF nº 1: Importa renúncia às instâncias administrativas a propositura pelo sujeito passivo de ação judicial por qualquer modalidade processual, antes ou depois do lançamento de ofício, com o mesmo objeto do processo administrativo, sendo cabível apenas a apreciação, pelo órgão de julgamento administrativo, de matéria distinta da constante do processo judicial.

Notadamente, o recorrente informa em seu recurso ter manejado Ação Anulatória de Débito Fiscal nº 2013.51.01.032619-8 (efls. 65/73) em curso perante a 17^a Vara Federal do Rio de Janeiro, visando anular os débitos provenientes de Processos Administrativos, dentre os quais, o presente auto.

Verifica-se que naquela ação judicial o objeto é o mesmo aqui discutido.

Ante ao exposto:

Voto no sentido de Não Conhecer do Recurso, por força da Súmula CARF nº 1.

(documento assinado digitalmente)

Marcelo Freitas de Souza Costa

